

Fronteiras conceituais sobre a participação do cidadão nas reconfigurações do jornalismo

CARVALHO, Guilherme (Org.). **Jornalismo e cidadania: iniciativas colaborativas, alternativas, comunitárias, populares e sindicais no Brasil**. Curitiba: Inter-Saberes, 2020.

Apesar de possuírem algum grau de generalização, os conceitos nas Ciências Sociais são históricos, passíveis de reinterpretações, haja vista que se referem a fenômenos concretos, singulares e dinâmicos de cada contexto e época. Disso compreende-se a infinidade de interpretações e adjetivações construídas em torno do jornalismo praticado fora do universo *mainstream* ou em parceria com ele, e que comumente conta com a participação de cidadãos não-jornalistas no processo. As demandas por demarcar didaticamente fronteiras acerca dessas adjetivações impulsionaram a elaboração do livro *Jornalismo e cidadania: iniciativas colaborativas, alternativas, comunitárias, populares e sindicais no Brasil*. Lançada em 2020 pela Editora InterSaberes, a publicação é organizada em formato de coletânea por Guilherme Carvalho e contém seis artigos escritos por seis pesquisadores e professores brasileiros.

Em toda a obra evidencia-se uma preocupação pedagógica em torno da discussão conceitual. Na parte inicial de cada capítulo, é feito um contrato de leitura entre autor e leitor, onde são elencados os assuntos a serem abordados no texto e as habilidades e conhecimentos que o leitor adquirirá com a leitura. Além disso, na seção *Estudo de caso*, são apresentados exemplos práticos relacionados aos conceitos discutidos. Para ampliar e fixar o repertório acerca do conteúdo, há ainda as seções *Perguntas & respostas*, *Síntese* e *Para saber mais* (referências didáticas complementares). *Questões para revisão* e *Questões para reflexão* contêm perguntas sobre o assunto discutido. As respostas encontram-se na parte final do livro.

Jornalismo cidadão: entre um consumidor de notícias e um participante na produção de conteúdo é o primeiro capítulo do livro. A autora Cíntia Xavier destaca a relação entre jornalismo cidadão e o colaborativo, democrático ou *open source*, destacando, que o Jornalismo Cidadão compreende os colaboradores que participam da feitura das matérias como jornalistas, mesmo que não tenham formação na área. Além disso, o conceito abarca o processo colaborativo entre profissionais e não-profissionais. A autora igualmente estabelece uma diferenciação entre o Jornalismo Cidadão e o Jornalismo Cívico/Público, idealizado nos Estados Unidos no final da década de 1980 com o intuito de retomar a conexão com o público e suas pautas políticas. Como exemplos ilustrativos do Jornalismo Cidadão, são trazidas as experiências do jornal-laboratório *Portal Comunitário*, do jornal *Brasil de Fato* e uma reportagem do *Diário Catarinense*.

Juliana Freire Bezerra

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CAPES.

E-mail: juliana_freire6@hotmail.com

Em seguida, Myrian Del Vecchio de Lima aprofunda essa discussão no capítulo intitulado *Jornalismo Colaborativo pré e pós-internet em cenário de participação e cidadania*. Esclarece que a colaboração é prática comum no jornalismo profissional, mas que, após a popularização da web 2.0, têm surgido maneiras singulares e criativas de colaboração entre jornalistas profissionais e não-profissionais, e até entre empresas concorrentes na cobertura de acontecimentos específicos, como o caso *Panama Papers*. O Jornalismo Colaborativo, na visão da autora, não descarta a importância da figura do jornalista profissional e dos princípios consagrados da profissão. Em razão disso se difere, na sua visão, do Jornalismo Cidadão.

Já no terceiro capítulo Guilherme Carvalho discute às raízes históricas do Jornalismo Alternativo. Destaca que esse jornalismo se posiciona como alternativa ao jornalismo praticado na imprensa corporativa, preenchendo lacunas de informação e produzindo outras versões sobre os acontecimentos noticiados. O autor distancia o jornalismo alternativo das práticas militantes e amadoras, que a seu ver são pautadas por interesses particulares em detrimento de públicos. Na seção *Estudo de Caso* traz o exemplo contemporâneo da *Agência Pública*, destacando o caráter profissional da iniciativa, bem como política editorial, formas de sustentabilidade financeira e características da produção de matérias. Além disso, o autor elabora um quadro comparativo das diferenças entre a imprensa alternativa analógica e digital, destacando as possibilidades de atuação em virtude do acesso mais democratizado às tecnologias da informação e comunicação.

Em *Jornalismo comunitário como experiência popular e democrática*, Maria Alice Campagnoli Otre empreende uma diferenciação entre Jornalismo Comunitário e o Jornalismo de Bairro. Por meio do resgate das raízes históricas do Jornalismo Comunitário, enfatiza a relação entre esse e os movimentos sociais e/ou setores populares organizados. Além disso, destaca a vinculação que esse jornalismo estabelece com as lutas por cidadania de setores excluídos e pontua os princípios democráticos da horizontalidade, dialogicidade e participação da comunidade como inerentes a essa prática jornalística. A relevância do processo educacional para o exercício da cidadania também é mencionada. No jornalismo de bairro, a autora esclarece que nem sempre a participação da comunidade acontece. No entanto, pondera que, na práxis concreta, as iniciativas extrapolam os limites conceituais, podendo hibridizar características inerentes aos dois conceitos.

No capítulo seguinte, Karina Janz Woitowicz amplia a discussão sobre a participação das classes marginalizadas na comunicação por meio do artigo *Jornalismo popular: informação, participação e mobilização na prática dos grupos sociais*. A autora esclarece, de pronto, que o jornalismo popular de que fala é o feito pelo povo e para o povo e aproxima a discussão aos estudos da *Folkcomunicação*, bem como da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa. Após refazer percurso histórico sobre a origem do Jornalismo Popular vinculado aos movimentos sociais e esmiuçar suas características dialógicas, horizontais e emancipadoras, traz na seção *Estudo de Caso* experiências de comunicação do movimento feminista na década de 1970, destacando os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

Encerra o livro o capítulo *Jornalismo ou comunicação sindical, história e técnica*, escrito por Toni André Scharlau Vieira. Nele são relatadas as origens históricas do jornalismo sindical em suas fases anarco-sindicalista, sindical-partidária e sindical. O autor observa que hoje em dia o jornalismo sindical reproduz as características do jornalismo veiculado na imprensa corporativa, por ser realizado em grande medida por jornalistas com experiência anterior nessas empresas. Além disso, considera que esse jornalismo tem muitas possibilidades para inovar, sobretudo em razão das possibilidades tecnológicas atuais. Um quadro comparativo contendo diferenças entre assessorias empresarial e sindical também foi produzido nesse capítulo.

Do exposto, evidencia-se que o esforço empreendido no livro contribui para ofertar um panorama geral, histórico e elucidativo sobre o fenômeno jornalísti-

co marcado pela participação do cidadão, haja vista que integra à revisão teórica exemplos práticos desses jornalismo. No entanto, como aponta Cicilia Peruzzo (2020, p. 6-7), no prefácio da obra, é válido ressaltar que as fronteiras conceituais não podem ser tão rígidas “a ponto de perder de vista as intersecções e os processos que ocorrem nas práticas comunicativas no meio popular”. O que importa é entender os processos emancipatórios dos quais esses jornalismo fazem parte. Essa compreensão é realçada, inclusive, em alguns momentos pelos próprios autores no decorrer da obra e evidenciada, por vezes, em visões contraditórias apresentadas entre os capítulos sobre determinadas fronteiras conceituais.